



**Lei que fiscaliza
atividade mineradora
é a mais nova
conquista da Amig**

pág. 2

**Amig participa e apóia
seminário da
Assembléia Legislativa**

pág. 3

**Alteração na alíquota
da Cfem é uma das
prioridades da
associação**

pág. 4

Conquista: municípios recebem parte da dívida das mineradoras

Neste ano, mais uma batalha foi vencida na luta a favor dos direitos das cidades. As empresas mineradoras começaram a pagar parte do valor que descontaram indevidamente na base de cálculo da Cfem referente aos custos com o frete realizado dentro das empresas. O valor negociado chega a aproximadamente R\$ 87,8 milhões, sendo que 65% desse montante é destinado aos municípios, 23% para o Estado e 12% para a União.

A Vale concordou em pagar cerca de R\$ 62,5 milhões referentes à parte do desconto ilegal praticado nos royalties, no período de 2001 a 2007. A Samarco Mineração S/A, controlada pela Vale e por uma empresa estrangeira, a BHP

Billiton, também efetuou o pagamento de aproximadamente R\$ 25,3 mil, referente ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2007, para duas cidades mineiras, Mariana e Ouro Preto. "Esperamos que as mineradoras continuem mantendo o diálogo com os municípios e devolvendo o que é de direito das cidades", afirma o presidente da Amig, Waldir Silva Salvador de Oliveira.

Segundo ele, os municípios deveriam recuperar aproximadamente R\$ 370 milhões. Entretanto, o acordo da Vale com as cidades mineradoras prevê o pagamento do valor que a empresa considera incontestável e o restante será decidido pela Justiça.

Lei que fiscaliza atividade mineradora é a mais nova conquista da Amig

A Amig dá mais um passo na defesa dos direitos dos municípios mineradores. Em Itabirito, cidade que fica a 50 km de Belo Horizonte, a Lei 2.645, publicada em 21/12/07, passa a regulamentar a competência do município para acompanhar, registrar e fiscalizar a exploração dos recursos minerais em seu território. Segundo a consultora da Amig, Priscila Ramos Netto Viana, o objetivo é fazer com que todos os municípios mineradores sigam o exemplo de Itabirito e encaminhem projetos que fiscalizem a atividade mineradora. "Pela primeira vez esses municípios exercerão seu papel fiscalizador. Acompanhar as atividades é uma obrigação legal decorrente da competência constitucional comum dos municípios", ressalta.

Segundo Priscila, a cidade realizou o modelo do projeto de lei, mostrando o caminho para os municípios mineradores tanto de Minas quanto de outros estados, como o Pará. "Itabirito é a pioneira, mas o objetivo é que todos sigam o modelo criando seus próprios projetos. Queremos fortalecer nossa luta e mudar a cultura dominante das mineradoras", argumenta. Fruto de um estudo de quatro meses realizado pela Amig, o projeto nasceu de uma demanda do próprio município para controlar a atividade mineradora. "Essa função estava, até então, deixada para segundo plano", informa a consultora.

Com a nova lei, Itabirito passa a ter competência para fiscalizar a exploração mineral, e não somente a União, conforme era feito. Segundo Priscila, a União tem competência para legislar sobre recursos minerais, mas a fiscalização da

exploração é de todos os entes da Federação, e não só da União. Com isso, Itabirito poderá ter, com exatidão, dados sobre a movimentação do setor minerador do município, o que envolve, segundo Priscila, informações sobre a regularização das mineradoras face aos órgãos federais e estaduais, e mesmo se essas mineradoras estão licenciadas ambientalmente e se estão cumprindo o que dispõe a licença ambiental. "Além, é claro, de informações sobre a autorização do DNPM para realizar pesquisas e se as mineradoras estão recolhendo devidamente a Cfm", observa.

Adequação

A consultora informa que alguns aspectos da lei precisaram ser adequados para evitar questionamentos futuros. Ela já elaborou um projeto que se encontra sob avaliação da Câmara Municipal de Itabirito para corrigir algumas desproporcionalidades encontradas. "Quando o município aplicou a lei, viu que alguns artigos, como os que estipulam o prazo para entrega de documentos, precisavam ser revistos", explica. Outra modificação está nos artigos que versam sobre as penalidades, como multas, que serão revistos para evitar que surjam divergências na aplicação das multas. Segundo Priscila, a grande dificuldade para elaboração da lei e do projeto que o altera é a inexistência de material de pesquisa, já que a maioria das fontes é elaborada por advogados de empresas mineradoras. "Por isso o trabalho é grande", ressalta.

Fiscalização

DNPM intensifica fiscalização em 2008

Mais que cooperação técnica e apoio logístico, a Amig disponibiliza representantes para participar das fiscalizações que são realizadas pelo DNPM. Dessa forma, os municípios mineradores têm conquistado direitos que estão orientando procedimentos em todo o Brasil. Para 2008, o trabalho não será diferente. A Amig vai continuar com a parceria com o DNPM, apoiando o trabalho de fiscalização realizado pelo órgão.

Em junho, os técnicos do DNPM irão visitar as empresas MBR, Samarco e Vale que ficam em Porto de Tubarão (ES). Trata-se de uma fiscalização complementar ao trabalho realizado no período de 2005 a 2007. Segundo o diretor de planejamento do DNPM, Marco Antônio Valadares, outra

fiscalização foi realizada em abril deste ano, no município de Fortaleza de Minas, região Sul de Minas Gerais.

Valadares explica que a escolha da empresa considera vários fatores, como o porte, substância, característica da produção, entre outros. "Primeiramente a empresa a ser fiscalizada é comunicada sobre a ida dos fiscais em determinada data. Em seguida, a equipe do DNPM faz o levantamento do débito, mediante as documentações fiscais disponibilizadas pela empresa, além de considerar outras informações apuradas no próprio local. Após o débito ser consolidado, a empresa é notificada, iniciando o trâmite do processo de cobrança", observa.

Ações Amig

Pólo vai promover o desenvolvimento sustentável nos municípios mineradores

A Amig e os municípios mineradores associados são os principais âncoras para a viabilização do Pólo de Excelência Mineral e Metalúrgico que está sendo desenvolvido no Estado. O programa, que tem como principais objetivos desenvolver e otimizar tecnologias, formar e capacitar a mão-de-obra local em todos os níveis, gerando emprego e renda para as comunidades, vai também possibilitar a implantação de projetos de sustentabilidade e de novos negócios com base tecnológica nos municípios.

Em reunião realizada na sede da associação em março, o gerente executivo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sectes), Renato Ciminelli, apresentou aos representantes dos municípios minerado-

res as metas do programa e os convidou para apresentarem ao comitê gestor do Pólo seus projetos.

Ciminelli explica que se trata de um programa estruturante de ciência, tecnologia e inovação que visa principalmente a consolidação do desenvolvimento sustentável dos setores mineral e metalúrgico. "Vamos nos concentrar no fortalecimento das estruturas de geração e difusão de conhecimento inovativo, e na organização e dinamização das relações de cooperação com os setores acadêmicos e de pesquisa, com ênfase na interlocução com a indústria e as comunidades mineradoras e metalúrgicas", afirma.

Esta é uma publicação da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - AMIG

Rua Matias Cardoso, 11, 7º andar - Santo Agostinho - Tel. (31) 3275-3770 - e-mail: amig@amig.org.br / Site: www.amig.org.br

Diretor Presidente: Waldir Silva Salvador de Oliveira - Prefeito de Itabirito

Diretor Vice-Presidente: Antônio Eduardo Martins - Prefeito de Santa Bárbara

Diretor Financeiro: Antonio do Carmo Neto - Prefeito de Brumadinho

Diretor Administrativo: Geraldo Abade das Dares - Prefeito de Barão de Cocais

Diretor de Assuntos Regionais: Anderson Cabido - Prefeito de Congonhas

Diretor de Meio Ambiente: Angelo Osvaldo de Araújo Santos - Prefeito de Ouro Preto

Conselheiros Fiscais:

Celso Cota Neto - Prefeito de Mariana

Ronaldo Márcio Gonçalves - Prefeito de Pains

Sérgio Luiz de Freitas - Prefeito de Sabará

Produção editorial e gráfica: Com Você Comunicação e Relacionamento. Tel.: (31) 3309-9500

Jornalista responsável/edição: Sabrina Beckler 12952/MG Reportagem: Leandro Diniz e Sabrina Beckler Fotos: Divulgação/ALMG Tiragem: 5 mil

Compensações ambientais e socioambientais ajudam a amenizar o impacto causado pelas mineradoras

A Amig sabe da dificuldade dos municípios mineradores em conhecer mais detalhadamente o Sistema de Compensação Ambiental e Socioambiental e também de desenvolver projetos para essa natureza. Para auxiliar e orientar os municípios nessa tarefa, a associação conta com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que promoverá um seminário no segundo semestre deste ano, na sede da Amig, direcionado aos representantes das cidades. Ele abordará temas como os processos de licenciamento ambiental e impactos ambientais e também os pré-requisitos necessários para as negociações das compensações ambientais, entre outros temas.

A atividade mineradora provoca vários reflexos no relevo e vegetação da área explorada para extração do minério, tornando visíveis os impactos causados, como a degradação, poluição sonora, contaminação do solo, entre outros. Para compensar essas agressões, a Lei nº 9.985, em vigor desde julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que prevê a Compensação Ambiental. "Isso é uma forma de contrabalançar os impactos sofridos pelo meio ambiente, identificados previamente no processo de licenciamento ambiental da mineradora", afirma a consultora da Amig, Priscila Ramos Netto Viana.

Compensação ambiental

Priscila explica que, geralmente, antes da instalação da mineradora, é realizado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e elaborado um Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), que faz um diagnóstico da área, da cobertura vegetal, do bioma, entre outros. A partir da análise do EIA/RIMA, a Fundação

Estadual do Meio Ambiente (Feam) concede, ou não, a licença, que pode conter algumas condições para a instalação do empreendimento. "Só com o cumprimento dessas condicionantes, como, por exemplo, um plano de recuperação para áreas degradadas, é que a mineradora poderá se instalar", afirma.

Para compensar os danos, os empreendedores desenvolvem programas ambientais, que vão desde reassentamentos e reflorestamentos ao manejo de fauna. Um deles consiste no apoio à criação e manutenção de Unidades de Conservação (UCs). "Elas consistem no espaço territorial com seus recursos ambientais que devem ser protegidos sob um regime especial de administração", explica. Os recursos para essas práticas, de acordo com Priscila, são definidos no momento da implantação do empreendimento e podem alcançar até 1,5% do custo total previsto para o funcionamento das mineradoras.

Compensações socioambientais

Itabirito é um dos poucos municípios mineradores que promoveu as compensações socioambientais, oriundas de uma negociação direta entre o município e a mineradora, que se dispôs a custear as demandas socioambientais. Por meio delas, várias obras foram realizadas na cidade, como a construção do Cefet, do Parque Ecológico Municipal, do sistema de abastecimento de água, áreas ambientais e outras obras de infra-estrutura e meio ambiente. "O importante é que cada município possa regulamentar melhor a questão ambiental no seu território. Para isso é imprescindível formular um projeto de lei para regular essa competência e transformar a compensação socioambiental em lei nos municípios mineradores", ressalta Priscila.

Seminário

Amig participa e apóia seminário promovido pela Assembléia Legislativa de MG

Estimular o desenvolvimento e a diversificação econômica dos municípios mineradores é essencial para o crescimento sustentável dessas cidades. A Amig sabe da importância dessas ações e, por isso, está participando de várias etapas que integram o Seminário Legislativo Minas de Minas e conta com o apoio e a contribuição de todos os representantes das cidades mineradoras durante as fases do evento. O seminário e encontros regionais estão sendo promovidos pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a fase final será realizada entre os próximos dias 9 e 12 de junho, em Belo Horizonte.

A Amig será representada pelo prefeito de Itabirito, Waldir Silva Salvador de Oliveira, durante a abertura do encontro, que será realizada no dia 9 de junho, às 20h, no plenário da ALMG. A abertura contará ainda com a participação do governador Aécio Neves e do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Já no dia 10 de junho, às 8h30, a consultora da Amig, Priscila Ramos Netto Viana, será expositora do painel "O sistema e a legislação sobre a mineração, política tributária e royalties" e às 14h, é a vez de Oliveira participar do painel "Compromisso com o futuro – cenários e estratégias". Na ocasião, Oliveira estará licenciado da presidência da Amig, devido às eleições municipais.

O Seminário Legislativo tem como proposta discutir os amplos aspectos da cadeia produtiva da mineração, com o objetivo de elaborar uma política minerária estadual e colher sugestões para aprimorar a política nacional. "Esperamos que todos os representantes das cidades mineradoras também participem dos encontros regionais fornecendo informações e também dando sua contribuição para o desenvolvimento dos municípios", enfatiza Oliveira. Ainda segundo ele, é necessário planejar o reaproveitamento das terras para quando se encerrarem as

atividades minerárias. "Precisamos pensar também na importância da diversificação econômica para que as cidades estejam preparadas para a extinção do minério. Além disso, outra meta dos municípios mineradores é alterar a base de cálculo do Cfem do minério de ferro para o faturamento bruto e a alíquota de 2 para 4%. Com isso, vamos tentar nos aproximar do valor que é praticado em outros países como na Austrália - maior concorrente do Brasil em produção de minério", observa.

Antes da discussão no capital, estão sendo promovidos encontros regionais em cidades-pólo, que contam com palestras de especialistas, debates e discussões em grupos de trabalho. Em um desses encontros, realizado em maio, na cidade de Congonhas, Oliveira ministrou a palestra "A mineração no contexto regional".



Waldir Salvador ministra palestra em Congonhas

Ministro de Minas e Energia se reúne com presidente da Amig, em Brasília

O presidente da Amig, Waldir Silva Salvador de Oliveira, se reuniu com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no mês de fevereiro, em Brasília. O encontro teve como principal objetivo apresentar ao parlamentar as metas da Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (Amib), instituída em setembro de 2007, da qual Salvador também é presidente.

Lobão se mostrou otimista em relação às propostas das associações e se comprometeu a apoiar as causas dos municípios mineradores, principalmente, em relação ao aumento da alíquota da Cfm e alteração na base de cálculo da compensação. O ministro solicitou a Oliveira o estudo que mostra o custo dos royalties em outros países, como por exemplo, na Austrália, onde a alíquota chega a 7,5% e comprova que os valores brasileiros estão totalmente defasados, ainda mais após o aumento de 65% no preço de minério de ferro.

Oliveira solicitou também ao ministro que invista ainda mais na infra-estrutura e incremente o quadro de profissionais do DNPM. "Com isso, vamos ganhar um departamento ainda mais atuante e ágil", explica o presidente das associações.



Reunião com ministro em Brasília

Metas para 2008

Alteração na alíquota da Cfm é uma das prioridades da Amig

Há 19 anos, a Amig tem colaborado significativamente para o desenvolvimento dos municípios mineradores do Estado. No entanto, ainda há muito o que se fazer.

Para 2008, serão desenvolvidas ações que irão ultrapassar as barreiras de Minas e atingir as cidades mineradoras de todo o País. A associação vai dar continuidade à implantação das propostas sugeridas durante o 1º Encontro Nacional dos Municípios Mineradores, realizado na capital mineira, em 2007, que se tornou um marco na história da mineração no País.

Entre as ações que serão implementadas, a associação vai priorizar principalmente a proposta de alteração na base de cálculo e na alíquota da Cfm, uma vez que o valor é extremamente baixo em relação a outros países.

As discussões em torno do assunto estão ganhando força a cada dia. Tanto que a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimida-

de, requerimento do deputado federal José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG), que propõe a realização de audiência pública para debater as questões relativas à compensação, tema do Projeto de Lei nº 1453, de autoria do parlamentar mineiro. A previsão é que a audiência seja realizada nos próximos meses.

Segundo o deputado, esse é um tema tão caro para estados, como Minas Gerais e Pará, que devem ser discutido e avaliado na profundidade que merece. "É preciso tornar públicas as distorções entre os royalties dos setores petrolífero e mineral e demonstrar que a compensação mineral do Brasil é a menor do mundo", afirma. Em 2006, a arrecadação com os royalties da mineração no Brasil foi de R\$ 465 milhões. No mesmo período, a Cfm recolhida pela exploração do petróleo e gás no País foi de aproximadamente R\$ 7 bilhões – uma arrecadação quase 16 vezes maior que o valor apurado pela atividade minerária.

Conheça outros desafios que também serão prioridades na Amig:

- Trabalhar para que os governos estaduais e federal tenham um comprometimento maior com a produção mineral e acabar com a sonegação dos tributos, principalmente entre as maiores empresas
- Atuar para aumentar a infra-estrutura das prefeituras e buscar o conhecimento profundo dos diversos tributos que os municípios têm direito por abrigar a atividade mineradora e as formas como eles devem ser cobrados
- Criar um programa específico para potencializar a atividade mineradora nos municípios e que possa servir de base para a sua diversificação econômica
- Apoiar o processo de fiscalização das lavras clandestinas e do monopólio dessas lavras pelas empresas
- Trabalhar pela construção de um relacionamento maduro, transparente e produtivo entre municípios e empresas mineradoras, de forma que a exploração mineral seja sustentável e vantajosa para ambos
- Possibilitar o acesso prévio às cidades mineradoras dos projetos que as mineradoras pretendem implantar nos municípios
- Criar fóruns permanentes de debates entre os municípios mineradores como instrumento de fortalecimento do segmento e incluir os municípios mineradores no processo de fiscalização das empresas que exploram o subsolo
- Antecipar o processo de inclusão digital das cidades mineradoras
- Investir na diversificação econômica dos municípios mineradores como forma de agregar valor à economia e diminuir a sua dependência da atividade mineradora
- Exigir das empresas mineradoras a realização de audiências públicas transparentes, em que possam ser apontados os principais impactos do projeto para a comunidade
- Trabalhar pela mudança da legislação ambiental, para que os valores investidos pelas empresas sejam obrigatoriamente aplicados nos municípios que sofrem com a atividade